

PROJETO DE LEI Nº DE 2021

(Da Sra. Talíria Petrone, da Sra. Benedita da Silva, da Sra. Maria do Rosário e do Sr. Glauber Braga)

Altera o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para regulamentar o uso do reconhecimento fotográfico.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Inclui-se novo parágrafo ao art. 226 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com a seguinte redação:

Art.

226

§2º - O reconhecimento fotográfico realizado em sede policial deverá observar todas as cautelas estabelecidas neste artigo e não poderá ser fundamento exclusivo para decretos prisionais e decisões penais condenatórias.

Art. 2º. Inclui-se parágrafo único ao art. 395 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, com a seguinte redação:

Art.

395.....

Parágrafo único. Não constitui justa causa para o exercício da ação penal o mero reconhecimento fotográfico feito a partir de álbum de fotos exibidos em sede policial.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE produziu relatório que, em síntese, apurou a existência de decretos prisionais

motivados pelo reconhecimento fotográfico falho em sede policial, sendo 83% destes em desfavor de pessoas negras¹.

Na mesma esteira, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, em 11/09/2020, publicou relatório² apontando que 53 pessoas foram acusadas com base em reconhecimento fotográfico falho ao longo dos últimos seis anos. Os casos têm em comum o fato do(a) acusado(a) haver sido reconhecido(a) exclusivamente por meio fotográfico na fase inquisitiva.

A falha no reconhecimento fotográfico realizado em sede policial, portanto, fomenta a possibilidade de lavratura de decretos prisionais injustos em desfavor de sujeitos, via de regra, historicamente afetados pela persecução penal em razão de estereótipos.

Isto porque, através dos álbuns de fotografias utilizados para o reconhecimento, as vítimas, não raramente, são induzidas a identificar pessoas que não têm qualquer envolvimento com o cometimento do ilícito penal.

O reconhecimento por fotografia em sede policial, portanto, possibilita a introjeção de falsas memórias, o agente crê honestamente no que está relatando, pois a sugestão é externa (ou interna, mas inconsciente) chegando a sofrer com isso.

É o que explica António Damásio:

“As imagens não são armazenadas sob forma de fotografias fac-similares de coisas, de acontecimentos, de palavras ou de frases. O cérebro não arquiva fotografias *Polaroid* de pessoas, objetos, paisagens; não armazena fitas magnéticas com músicas e fala; não armazena filmes de cenas de nossa vida; (...) Se o cérebro fosse uma biblioteca esgotaríamos suas prateleiras à semelhança do acontece nas bibliotecas³.”

Assim sendo, a vítima, normalmente fragilizada pelo ilícito penal cometido em seu desfavor, por uma questão ontológica, é induzida a reconhecer alguém através de um álbum de fotografias, cujos critérios para confecção são de origem questionável.

De tal sorte, deve-se ressaltar a advertência de Huertas Martin:

¹ <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>

² Disponível em: <http://www.defensoria.rj.def.br/uploads/imagens/d12a8206c9044a3e92716341a99b2f6f.pdf>

³ DAMÁSIO, António. O Erro de Descartes. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pág. 128-129.

“o reconhecimento fotográfico deve ter sempre escassa validade probatória, pois a experiência judicial demonstra que é um instrumento com grande propensão a erros⁴.”

Quanto à validade probatória, deve-se atentar às lições da ilustre professora espanhola, porém, na legislação brasileira, conforme art. 155 do Código de Processo Penal, o reconhecimento fotográfico realizado em sede policial não deve ser compreendido como elemento de prova, na medida em que a natureza inquisitorial do inquérito policial lhe atribui característica de mero elemento de informação.

Tratam-se de elementos de informação, pois em razão da natureza sigilosa e inquisitorial do procedimento investigativo, não são produzidos em conformidade com as garantias processuais fundamentais do contraditório e ampla defesa, previstas no art. 5º, inc. LV, da Constituição Federal.

Ademais, o professor Gustavo Badaró ressalta que o reconhecimento fotográfico deve ser compreendido como:

“Um meio de prova irritual, que vulnera o procedimento probatório previsto no art. 226, substituindo a segunda fase de comparação física e ao vivo da pessoa a ser reconhecida pela comparação fotográfica. Não se trata, pois, de um simples caso de prova atípica, que seria admissível ante a regra do livre convencimento judicial. As formalidades de que se cerca o reconhecimento pessoal são a própria garantia da viabilidade do reconhecimento como prova, visando a obtenção de um elemento mais confiável ao convencimento. Diante da vulneração do procedimento probatório previsto no art. 226, o reconhecimento fotográfico não pode servir de fundamento para a condenação⁵.”

Portanto, o reconhecimento fotográfico, cuja produção sequer foi prevista pelo legislador ordinário no art. 226 do CPP, não pode servir como único fundamento de prisões ou decisões judiciais condenatórias.

⁴ HUERTAS MARTINS, Maria Isabel. El sujeto passivo del Proceso Penal como Objeto de La Prueba. Barcelona, Editora Bosch, 1999, pág. 243.

⁵ BADARÓ, Gustavo Henrique. Processo Penal. 5ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, pág. 491

No mesmo sentido, vale a leitura do julgamento do *Habeas Corpus* nº 598.886/SC⁶, sob a relatoria do Eminentíssimo Ministro Rogério Schietti Cruz do Egrégio Superior Tribunal de Justiça.

Todavia, os supracitados relatórios produzidos pelo Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais - CONDEGE e a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, denunciam que a Agência Judicial, em inúmeros processos e procedimentos penais, não raramente prola decisões em desfavor de sujeitos, que não guardam qualquer relação com o ilícito penal julgado, exclusivamente a partir do reconhecimento em álbuns fotográficos confeccionados e apresentados pela Autoridade Policial. Pessoas submetidas sumariamente ao ergástulo sem a oportunidade de exercer as garantias individuais do contraditório e ampla defesa.

Noutra dimensão, tal expediente fomenta a seletividade que retroalimenta a persecução penal, na medida em que os álbuns de fotografias, responsáveis pela formação de falsas memórias, são compostos por sujeitos estereotipados e vulneráveis. É dizer: cotidianamente, a Agência Judicial, motivada exclusivamente pela reprodução fotográfica, realizada em sede policial, promove o encarceramento de inocentes, em sua maioria jovens, negros e pobres.

Diante de todo o exposto, é imprescindível a deliberação de projeto de lei voltado à alteração dos artigos 226 e 395 do Código de Processo Penal através da criação de parágrafos que vedem peremptoriamente prisões ou a prolação de decisões judiciais condenatórias fundamentadas, exclusivamente, no reconhecimento fotográfico realizado em sede policial.

A presente proposta é fruto do esforço conjunto das seguintes entidades: OAB-RJ (Luciano Bandeira - Presidente), Comissão de Direitos Humanos da OAB-RJ (Álvaro Quintão - Presidente, Nadine Borges - Vice-Presidente, Ítalo Pires Aguiar - Secretário Geral e ANACRIM - Associação Nacional da Advocacia Criminal (James Walker Junior - Presidente).

Tal iniciativa de alteração legislativa urge como importante instrumento de democratização do processo penal, que, como cediço, para além de se adequar aos limites normativos impostos pela legalidade constitucional, não deve, em hipótese alguma, atuar como subterfúgio da seletividade e neutralização daqueles que historicamente são vítimas da persecução penal.

Sala de Sessões, 17 de março de 2021.

TALÍRIA PETRONE

⁶https://processo.stj.jus.br/processo/dj/documento/mediado/?tipo_documento=documento&componente=MON&sequencial=120453706&tipo_documento=documento&num_registro=202001796823&data=20210202&tipo=0&formato=PDF

PSOL/RJ

BENEDITA DA SILVA

PT/RJ

MARIA DO ROSÁRIO

PT/RS

GLAUBER BRAGA

PSOL/RJ